



**PARECER PRÉVIO Nº 82/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11563/2019.**

**Apensos:** Processo nº 11378/2019.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Borba.

**4- Exercício:** 2018.

**5- Responsável:** Simão Peixoto Lima (Prefeito Municipal).

**6- Advogado:** Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM 3149.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP E DICREA.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2363/2020-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Borba. Exercício de 2018.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a rejeição das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a rejeição das Contas da Prefeitura Municipal de Borba, referentes ao exercício de 2018**, de responsabilidade do **Sr. Simão Peixoto Lima**, por conterem irregularidades insanáveis, conforme fundamentado no Relatório/Voto, em observância ao art. 71, I, da CRFB/88 e do art. 40, inciso I, e art. 127, cabeça e parágrafos segundo e quarto, da Constituição do Estado do Amazonas;

*Vencido o Voto-vista da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos que votou pela determinação da reabertura da instrução processual.*



**PARECER PRÉVIO Nº 82/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 11- **Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 8 de Novembro de 2022.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral



**ACÓRDÃO Nº 82/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 82/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE - AM nº 11563/2019.**

**Apensos:** Processo nº 11378/2019.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Borba.

**4- Exercício:** 2018.

**5- Responsável:** Simão Peixoto Lima (Ordenador de Despesa).

**6- Advogado:** Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM 3149.

**7- Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP E DICREA.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2363/2020-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Borba. Exercício de 2018.

Encaminhamento. Determinação. Ciência.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Encaminhar** após a sua devida publicação, este **PARECER PRÉVIO**, acompanhado deste Voto e de cópia integral deste Processo à **Câmara Municipal de Borba** para que ela, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas Contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127 da Constituição do Estado):

*O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de **60 (sessenta) dias**, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte.*



**ACÓRDÃO Nº 82/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 82/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

*Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídos na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação.*

**10.2. Encaminhar** imediatamente cópia integral deste processo ao **Ministério Público do Amazonas**, considerando o disposto no art. 22 da Lei nº 8429/1992 e também o seu art. 21, II, já que caracterizadas diversas condutas comissivas e omissivas do responsável pelas Contas, que configuram, inclusive, atos dolosos de improbidade administrativa;

**10.3. Determinar à Secretaria de Controle Externo - SECEX** que adote as medidas necessárias para a autuação de processos a serem em seguida submetidos ao julgamento deste Tribunal, com o carreamento a eles dos documentos e relatórios que se encontram nestes autos e que dão conta:

**4.1.** Atraso na remessa dos balancetes mensais do período de janeiro a março e maio a dezembro de 2018 e em todos os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO e Relatórios de Gestão Fiscal - RGF;

**4.2.** Atos, contratos dispensas comprovadamente com irregularidades, por ilegítimos ou antieconômicos, para o necessário exercício da competência que lhe é fixada no art. 71, VIII, IX, X, XI e seu parágrafo primeiro, da CRFB/88; no art. 40, VII, VIII, IX e seus parágrafos primeiro e segundo, da Constituição do Estado; nos artigos 32 a 42 da Lei 2423/1996 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas), no art. 18, IX, XII, XIII, XIV e seus parágrafos primeiro e segundo, da Lei Complementar Estadual 06/1991; e no art. 113 e seus parágrafos da Lei 8666/1993, dentre outros;

**4.3.** Descumprimento da legislação de responsabilidade fiscal, para o imprescindível exercício da competência que lhe é fixada nos art. 59, parágrafos primeiro e segundo e no art. 73-A, da Lei Complementar 101/2000.

**10.4. Dar ciência** ao **Sr. Simão Peixoto Lima** e aos seus advogados acerca do Parecer Prévio, para que tomem as medidas que entenderem cabíveis, remetendo-lhes cópia deste Relatório/Voto e do sequente Acórdão.



**ACÓRDÃO Nº 82/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 82/2022 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 11- **Ata:** 41ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 8 de Novembro de 2022.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.
- 14- **Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral